

INTERPELAÇÃO ORAL

"EM TEMPOS DE PANDEMIA, NÃO DEVE HAVER DISCRIMINAÇÕES NOS APOIOS FINANCEIROS, ENTRE TRABALHADORES DA LINHA DE FRENTE DO SECTOR PÚBLICO E DO SECTOR PRIVADO"

Recentemente, o Senhor Chefe do Executivo afirmou que a situação económica e social só voltará a normalizar com a introdução de vacinas para combater a propagação do Covid-19.

Até chegarmos ao estágio de vacinações, muitas empresas, incluindo as concessionárias do jogo, provavelmente, terão de despedir trabalhadores, aumentando a taxa de desemprego.

Paralelamente, muitas famílias vão sofrer com a diminuição dos rendimentos do seu agregado familiar, originando problemas relacionados com o pagamento de rendas e de as amortizações bancárias.

Estas situações vão criar instabilidade familiar e social, e por isso, cabe ao Governo encontrar soluções preventivas para remediar de antemão estas questões.

A população da RAEM vai envelhecendo e não há poupanças individuais que cheguem para cobrir a carestia de vida e a subida vertiginosa dos preços dos bens essenciais.

E é neste aspecto que o Governo deve encontrar rapidamente soluções, tais como manter as sete mil patacas que os residentes com idade de 65 anos possam continuar a receber através do Regime de Previdência Central Não Obrigatório. De acordo com a opinião pública, a maioria dos cidadãos pretende que sejam mantidas as dez mil patacas do Plano de Participação Pecuniária no desenvolvimento económico de 2020 e injectadas mais oito mil patacas nos cartões electrónicos para ajudar os trabalhadores e as PME's.

Por uma questão de igualdade de tratamento, os trabalhadores da administração pública deveriam, também, beneficiar das quinze mil patacas do Plano de Apoio



高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

Pecuniário aos Trabalhadores, aos Profissionais Liberais e aos Operadores de Estabelecimentos Comerciais.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma **forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil** sobre o seguinte:

1. No início da pandemia, o Senhor Chefe do Executivo disse que esta era a melhor altura de utilizar as reservas financeiras para socorrer os residentes de Macau. No próximo ano o Governo vai continuar a implementar os apoios pecuniários mencionados na presente interpelação, ou outros de natureza idêntica, assim como vai estender os já existentes a todos os trabalhadores, independentemente de estes estarem integrados no sector privado ou na função pública?
2. Por causa da situação económica causada pela pandemia, muitos trabalhadores dos casinos foram forçados a gozar licenças sem vencimento, outros apenas auferem uma retribuição pelo tempo de trabalho parcelar efectivamente prestado, isto é, tão somente em função das horas ou dias em que realizam a sua prestação de trabalho. Quais as medidas preventivas que o Governo pondera adaptar, no período interregno à vacinação, para apoiar os trabalhadores das concessionárias do jogo que possam vir a perder os seus postos de trabalho?
3. O Governo pondera, ainda, a criação de um Fundo Especial de Apoio aos Trabalhadores da Indústria do Jogo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 19 de Novembro de 2020.



José Pereira Coutinho